

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	77
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.625.176	1.593.231	1.511.815
1.01	Ativo Circulante	65.923	30.979	88.900
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.301	1.680	39.512
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	600	27.842
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	600	27.842
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	600	27.842
1.01.03	Contas a Receber	20.066	16.715	18.342
1.01.03.01	Clientes	20.066	16.715	18.342
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.570	9.433	273
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.570	9.433	273
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.536	1.645	1.569
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.450	906	1.362
1.01.08.03	Outros	0	906	1.362
1.02	Ativo Não Circulante	1.559.253	1.562.252	1.422.915
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	360.581	397.224	300.805
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	188.716	234.281	182.058
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	188.716	234.281	182.058
1.02.01.06	Tributos Diferidos	135.180	119.235	98.630
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.180	119.235	98.630
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	100	263	400
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	36.585	43.445	19.717
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	6.529	16.075	18.841
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	25.316	23.170	876
1.02.01.09.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.740	4.200	0
1.02.03	Imobilizado	9.722	11.059	11.265
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.722	11.059	11.265
1.02.04	Intangível	1.188.950	1.153.969	1.110.845
1.02.04.01	Intangíveis	1.188.950	1.153.969	1.110.845

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.625.176	1.593.231	1.511.815
2.01	Passivo Circulante	115.903	47.917	45.086
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.404	3.296	3.548
2.01.01.01	Obrigações Sociais	735	712	1.769
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.669	2.584	1.779
2.01.02	Fornecedores	22.011	24.879	32.551
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.011	24.879	32.551
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.742	2.921	2.647
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.429	1.724	1.291
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.429	1.724	1.291
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.313	1.197	1.356
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.137	13.888	4.324
2.01.04.02	Debêntures	51.137	13.888	4.324
2.01.05	Outras Obrigações	568	1.146	516
2.01.05.02	Outros	568	1.146	516
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	327	719	287
2.01.05.02.05	Outros Passivos	241	427	229
2.01.06	Provisões	34.041	1.787	1.500
2.01.06.02	Outras Provisões	34.041	1.787	1.500
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.899	1.787	1.500
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	32.142	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.482.593	1.483.107	1.373.618
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.287.738	1.298.589	1.217.714
2.02.01.02	Debêntures	1.287.738	1.298.589	1.217.714
2.02.02	Outras Obrigações	105.031	91.233	76.611
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	103.246	89.220	74.348
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	103.246	89.220	74.348
2.02.02.02	Outros	1.785	2.013	2.263
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.785	2.013	2.263

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04	Provisões	89.824	93.285	79.293
2.02.04.02	Outras Provisões	89.824	93.285	79.293
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	6.330	5.178	4.093
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	4.840	3.010	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	78.654	85.097	72.190
2.03	Patrimônio Líquido	26.680	62.207	93.111
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-276.898	-241.371	-210.467

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	275.874	237.589	253.886
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-172.454	-124.264	-189.927
3.03	Resultado Bruto	103.420	113.325	63.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.082	9.658	-15.678
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.845	-9.444	-13.751
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.260	20.613	24
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.497	-1.511	-1.951
3.04.05.01	Honorários da Administração	-2.497	-1.511	-1.951
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	89.338	122.983	48.281
3.06	Resultado Financeiro	-140.810	-174.492	-205.791
3.06.01	Receitas Financeiras	26.556	39.671	33.539
3.06.02	Despesas Financeiras	-167.366	-214.163	-239.330
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-51.472	-51.509	-157.510
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.945	20.605	52.423
3.08.02	Diferido	15.945	20.605	52.423
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-35.527	-30.904	-105.087
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-35.527	-30.904	-105.087
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00117	0,00102	-0,00380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-35.527	-30.904	-105.087
4.03	Resultado Abrangente do Período	-35.527	-30.904	-105.087

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	148.384	120.778	98.368
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	147.488	158.792	107.963
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-35.527	-30.904	-105.087
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-15.945	-20.605	-52.423
6.01.01.03	Depreciação e amortização	35.050	14.474	23.236
6.01.01.04	Rendimentos de aplicações financeiras	-23.476	-29.686	-28.270
6.01.01.05	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	186	304	0
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	146.709	196.058	225.951
6.01.01.07	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.026	14.872	12.119
6.01.01.08	Provisões para demandas judiciais	611	1.085	2.415
6.01.01.09	Provisões para manutenção em rodovias	23.799	3.740	29.589
6.01.01.10	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.900	9.167	0
6.01.01.11	Variação monetária sobre provisão para investimentos	155	287	433
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	896	-38.014	-9.595
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.351	1.627	-124
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	272	61	-23
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	8.409	-6.394	-5.490
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-2.146	-22.294	-1.450
6.01.02.05	Outros Ativos	-1.084	-3.744	-2.184
6.01.02.06	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-2.868	-7.672	20
6.01.02.07	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-392	432	736
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	-179	274	-875
6.01.02.09	Obrigações Trabalhistas	2.108	-252	-205
6.01.02.10	Outros Passivos	127	-52	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.341	-52.642	-14.677
6.02.01	Aplicações financeiras	-64.834	-19.117	-2.647
6.02.02	Resgate de aplicações financeiras	134.475	23.822	57.903
6.02.03	Investimentos no ativo imobilizado	-228	-1.697	-2.311
6.02.04	Investimentos no ativo intangível	-60.072	-55.650	-67.622

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-127.104	-105.968	-56.145
6.03.01	Amortização de principal sobre debêntures	-9.283	0	0
6.03.02	Pagamento de juros e prêmios sobre financiamentos e debêntures	-117.821	-105.968	-111.145
6.03.03	Integralização de capital social	0	0	55.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	30.621	-37.832	27.546
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.680	39.512	11.966
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.301	1.680	39.512

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.527	0	-35.527
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-35.527	0	-35.527
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-276.898	0	26.680

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.904	0	-30.904
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.904	0	-30.904
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-241.371	0	62.207

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55.000	0	0	0	0	55.000
5.04.01	Aumentos de Capital	55.000	0	0	0	0	55.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-105.087	0	-105.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-105.087	0	-105.087
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-210.467	0	93.111

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	369.596	334.732	273.298
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	235.347	207.770	204.413
7.01.02	Outras Receitas	134.249	126.962	68.885
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	44.133	43.281	62.239
7.01.02.02	Receitas Acessórias	19.838	7.398	6.646
7.01.02.03	Outras receitas	70.278	76.283	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-192.716	-155.788	-161.810
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-142.719	-108.162	-96.302
7.02.04	Outros	-49.997	-47.626	-65.508
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-44.024	-43.281	-62.239
7.02.04.02	Custo de Concessão - Ônus Variável	-3.917	-3.539	-3.269
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-2.056	-806	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	176.880	178.944	111.488
7.04	Retenções	-35.050	-14.474	-23.236
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.050	-14.474	-23.236
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	141.830	164.470	88.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.556	39.671	33.539
7.06.02	Receitas Financeiras	26.556	39.671	33.539
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	168.386	204.141	121.791
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	168.386	204.141	121.791
7.08.01	Pessoal	26.080	19.871	19.847
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.048	14.949	16.141
7.08.01.02	Benefícios	4.892	4.127	3.706
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.140	795	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.711	577	-33.004
7.08.02.01	Federais	-4.888	-9.995	-43.330
7.08.02.03	Municipais	12.599	10.572	10.326
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	170.122	214.597	240.035
7.08.03.01	Juros	168.360	212.813	238.070

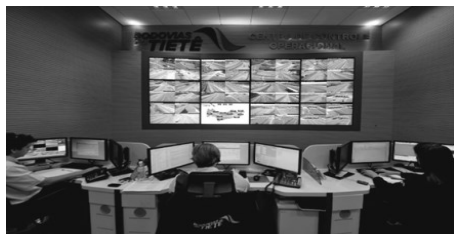
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.02	Aluguéis	1.762	1.784	1.965
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35.527	-30.904	-105.087
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.527	-30.904	-105.087



2017

Divulgação de Resultados



Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2017

15 de Março de 2018 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do ano de 2017.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26 - Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamento Técnico, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS 1 - Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 12
Resultado Financeiro	Página 13
Debêntures	Página 14
Principais Obras e Investimentos	Página 18
Responsabilidade Socioambiental	Página 20
Demonstrações Financeiras	Página 22
Relacionamento com o Auditor	Página 26

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

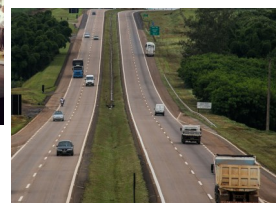
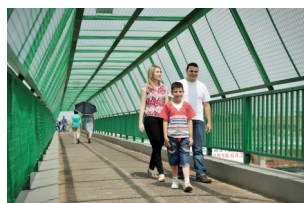
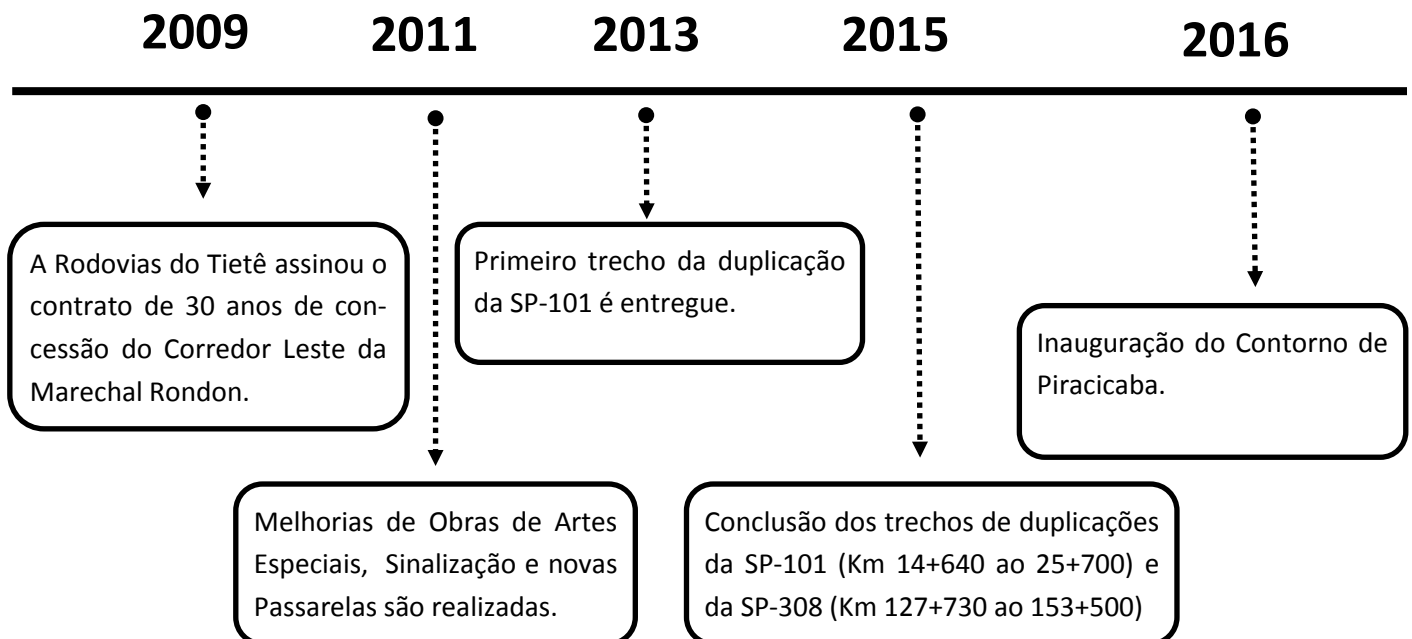


Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,1Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

- ✓ R\$ 232 milhões de receita líquida.



Tráfego

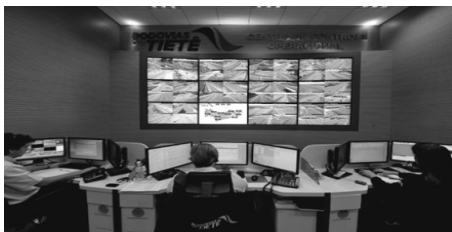
- ✓ Aumento de 3,42% no tráfego pedagiado e aumento de 5,98% no tráfego em eixos equivalentes, principalmente pela liberação do acesso na SP-300 por conta da interdição do trecho da Serra de Botucatu causada pelo acidente geológico ocorrido em 2016.



Obras

- ✓ Melhorias de dispositivos - SP-300;
- ✓ Recuperação de Pavimento - SP-308;
- ✓ Recuperação do Dispositivo do km 177+700 da SP-300;
- ✓ Recapeamento das Rodovias Vicinais; e
- ✓ Duplicação da SP-101 x SP-113.



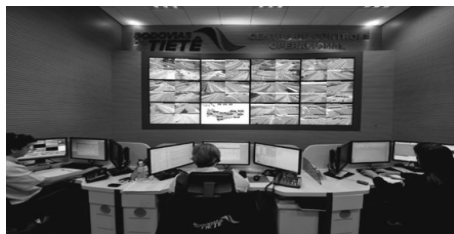


Sumário Executivo

A economia brasileira no ano de 2017 apresentou sinais de recuperação e crescimento. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 7% a.a. em dezembro de 2017, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 2,95% no acumulado no ano de 2017. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 29 de dezembro de 2017, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 ficasse 1% superior ao ano de 2016. O crescimento do PIB, segundo os economistas, é efeito do setor da agropecuária, que venho crescendo pela supersafra de grãos registrada no ano de 2017.

Durante o ano de 2017 houve um crescimento de 3,42% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, esse crescimento deve-se, principalmente pela liberação total do trecho na Serra de Botucatu que ficou bloqueado de Janeiro de 2016 à Março de 2016 para veículos leves e de Janeiro de 2016 à Setembro de 2016 para veículos pesados, devido a um acidente geológico. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes houve um crescimento de 5,98%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

As principais obras realizadas no ano de 2017 foram as melhorias nos dispositivos da SP-300, a recuperação do pavimento da SP-308, recapeamentos na SP-300 e nas vicinais e duplicação da SP-101 x SP-113.



Tráfego

No ano de 2017 o volume de tráfego teve um acréscimo de 3,42% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 2,58%, enquanto comerciais leves e pesados cresceram em 2,76% e 10,70% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	20.012.419	19.508.869	2,58%
Comercial Leve	3.394.816	3.303.545	2,76%
Comercial Pesado	2.818.229	2.545.808	10,70%
Total	26.225.464	25.358.222	3,42%

*Volume acumulado do exercício.

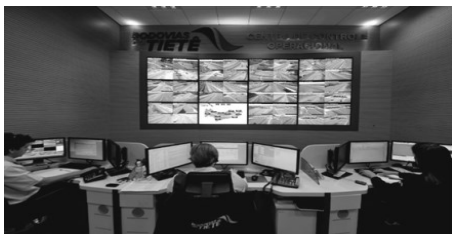
No ano de 2017 o volume de tráfego de eixos equivalentes cresceu 5,98% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 2,55%, enquanto comerciais leves e pesados cresceram em 2,68% e 12,12% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2017*	2016*	Variação
Passeio	19.709.321	19.218.675	2,55%
Comercial Leve	8.473.914	8.252.339	2,68%
Comercial Pesado	16.992.704	15.155.323	12,12%
Total	45.175.939	42.626.337	5,98%

*Volume acumulado do exercício.

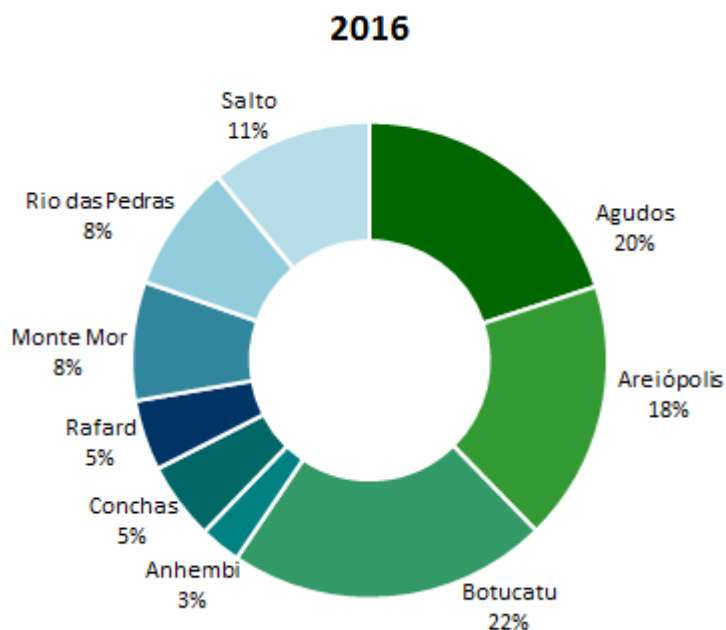
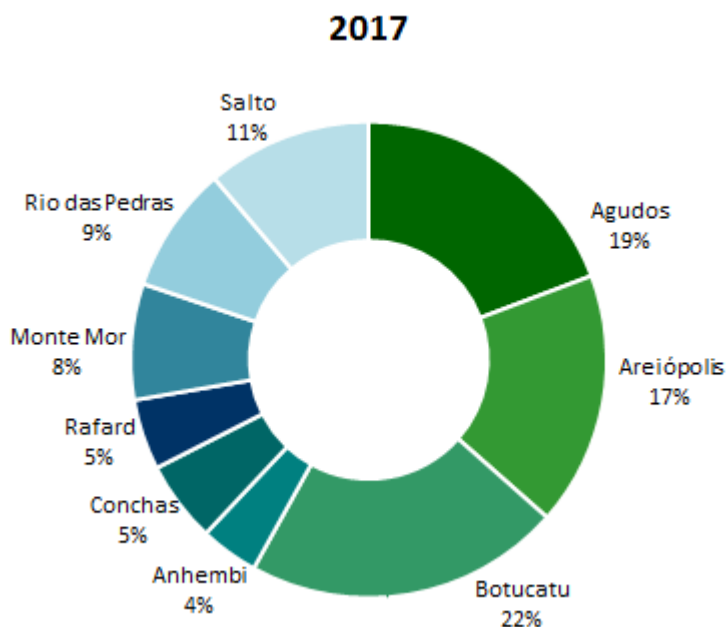
Este crescimento é resultado de dois fatores principais, a retomada do crescimento econômico do país e a liberação do trecho da Serra de Botucatu em março de 2016 para veículos leves e em setembro de 2016 para veículos pesados.

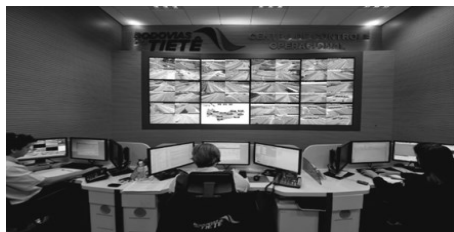


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.





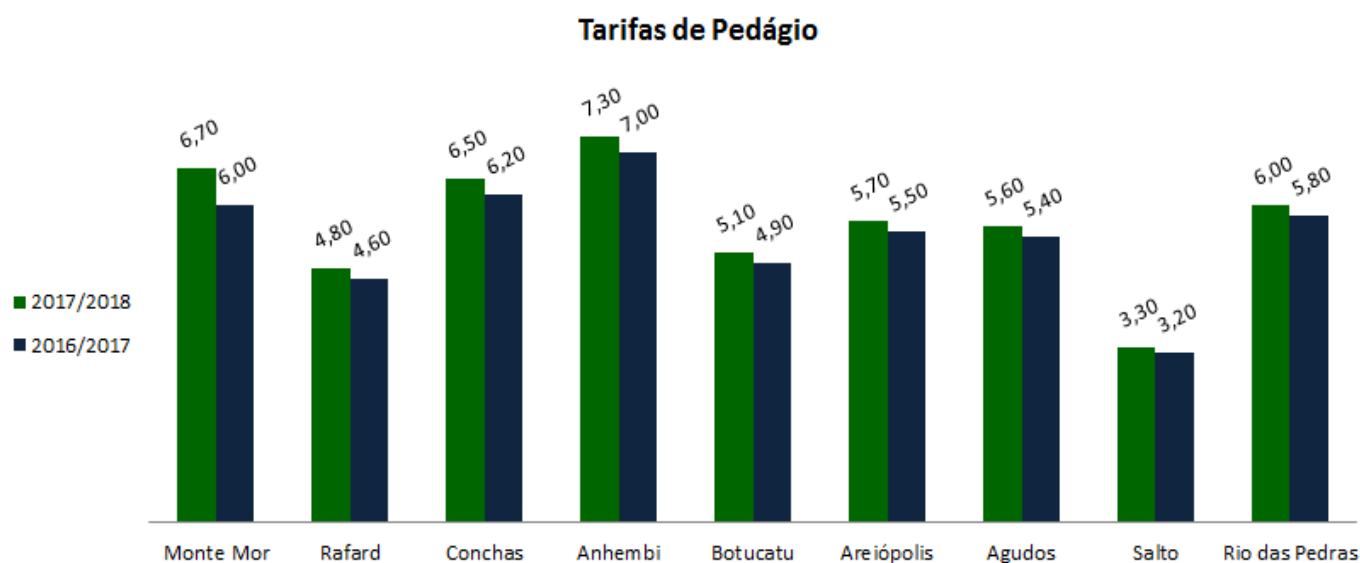
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2017 houve reajuste das tarifas de pedágio em 3,6% e a reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Monte Mor em razão da duplicação do trecho rodoviário entre o km 14+640 e o km 25+700 da rodovia SP 101.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2017/2018 é de R\$ 5,67 contra R\$ 5,40 em 2016/2017.

Praça de pedágio	2017/2018	2016/2017
Monte Mor	R\$ 6,70	R\$ 6,00
Rafard	R\$ 4,80	R\$ 4,60
Conchas	R\$ 6,50	R\$ 6,20
Anhembi	R\$ 7,30	R\$ 7,00
Botucatu	R\$ 5,10	R\$ 4,90
Areiópolis	R\$ 5,70	R\$ 5,50
Agudos	R\$ 5,60	R\$ 5,40
Salto	R\$ 3,30	R\$ 3,20
Rio das Pedras	R\$ 6,00	R\$ 5,80
Tarifa Média	R\$ 5,67	R\$ 5,40





Receitas

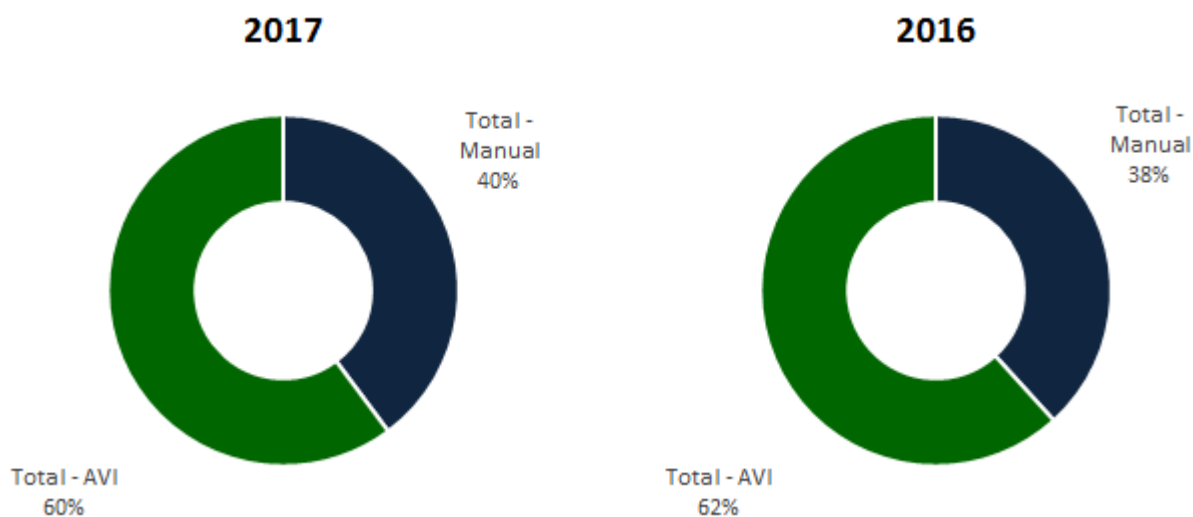
Receitas (em R\$ mil)	2017*	2016*	Varição
Receitas de Pedágio	235.347	207.770	13,27%
Receitas Acessórias	19.838	7.398	168,15%
Impostos sobre Receitas	(23.444)	(20.860)	12,39%
Receitas Operacionais	231.741	194.308	19,26%
Receitas de Construção	44.133	43.281	1,97%
TOTAL	275.874	237.589	16,11%

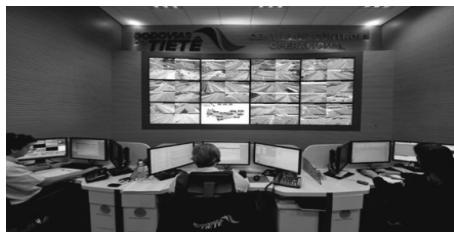
*Saldo acumulado do exercício.

A Concessionária obteve, no ano de 2017, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 235.347 mil (R\$ 207.770 mil no ano de 2016) e arrecadou R\$ 19.838 mil (R\$ 7.398 mil no ano de 2016) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 23.444 mil no ano de 2017 (R\$ 20.860 mil no ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 44.133 mil de receita de construção contra R\$ 43.281 mil em 2016 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2017*	2016*	Variação
Com Pessoal	(23.583)	(18.672)	26,30%
Honorários da Administração	(2.497)	(1.199)	108,26%
Manutenção e conservação	(40.316)	(28.377)	42,07%
Serviço de terceiros	(7.545)	(5.519)	36,71%
Ônus variável da concessão	(3.917)	(3.539)	10,68%
Seguros e Garantias	(2.467)	(2.563)	-3,75%
Outros	(4.987)	(3.603)	38,41%
Subtotal	(85.312)	(63.472)	34,41%
Custo de serviços de construção	(44.024)	(43.281)	1,72%
Provisão para demandas judiciais	(611)	(1.085)	-43,69%
Provisão para manutenção em rodovias	(23.799)	(12.907)	84,39%
Depreciação e amortização	(35.050)	(14.474)	142,16%
Total	(188.796)	(135.219)	39,62%

*Saldo acumulado do exercício.

No ano de 2017, houve aumento de 39,62% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 135.219 mil em 2016 para R\$ 188.796 mil em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ **Com pessoal:** Não foi aprovado o programa de Participação nos Resultados nos exercícios de 2015 e 2016, com concomitante reversão da provisão. Em 2017, esta decisão foi revista e, excepcionalmente a contabilização dos exercícios de 2015 e 2016 ocorreu por caixa, concomitante ao pagamento da premiação dos exercícios de 2015 e 2016. Além disso, foi efetuada a contabilização da provisão do exercício de 2017 pelo regime de competência;
- ⇒ **Honorários da administração:** Idem ao comentário da variação em despesas com pessoal;
- ⇒ **Manutenção e conservação:** Reversões de cauções (R\$ 8 milhões) em 2016. Além de maiores despesas com conservação de pavimento devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento que será iniciado em 2018;
- ⇒ **Serviços de terceiros:** Honorários advocatícios relacionados aos depósitos de discussões trabalhistas (ver nota explicativa 12.a);



Custos e Despesas Operacionais

- ⇒ Ônus variável da concessão: Aumento em função do reajuste das tarifas de pedágio em 01/07/2017 e também aumento nas receitas acessórias;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: Redução em função da alteração de status dos processos cíveis e trabalhistas;
- ⇒ Serviços de manutenção de rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Resultado Líquido do Período	(35.527)	(30.904)	14,96%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(15.945)	(20.605)	-22,62%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	140.810	174.492	-19,30%
(+/-) Depreciação e Amortização	35.050	14.474	142,16%
EBITDA	124.388	137.457	-9,51%
(+/-) Serviços de manutenções futuras	23.799	12.907	84,39%
EBITDA AJUSTADO (a)	148.187	150.364	-1,45%
Receitas Operacionais (b)	231.741	194.308	19,26%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	63,95%	77,38%	-13,44 p.p

*Saldo acumulado do exercício.

No ano de 2017, houve uma redução de 1,45% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 150.364 mil em 2016 para R\$ 148.187 mil no ano de 2017. Já a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 13,44 p.p.

Além disso, houve um aumento de 142,16% na depreciação e amortização que passou de R\$ 14.474 mil no ano de 2016 para R\$ 35.050 mil no ano de 2017, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de 84,39% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018.



Resultado Financeiro

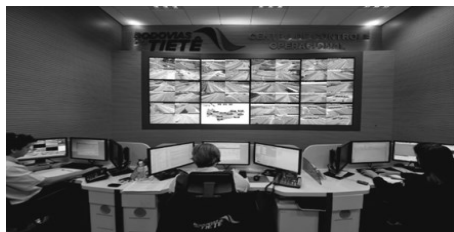
O resultado financeiro no ano de 2017, comparado ao mesmo período de 2016, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2017*	2016*	Variação
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(146.709)	(196.058)	-25,17%
Juros sobre Mútuo	(14.026)	(14.872)	-5,69%
Outras Despesas Financeiras	(6.631)	(3.233)	105,10%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(167.366)	(214.163)	-21,85%
Receitas Financeiras	26.556	39.671	-33,06%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(140.810)	(174.492)	-19,30%

*Saldo acumulado do exercício.

No ano de 2017 houve redução de 19,30% no resultado financeiro que passou de (R\$ 174.492) em 2016 para (R\$ 140.810) mil no mesmo período em 2017. As principais variações foram:

- ⇒ Debêntures: Menor IPCA incidente sobre o principal;
- ⇒ Receitas Financeiras: Menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

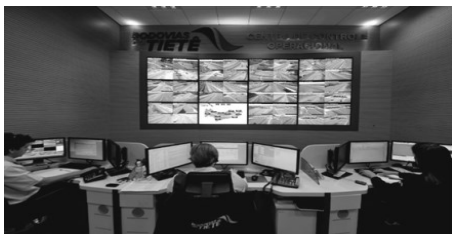
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados nove pagamentos de juros, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil, em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil, em 14 de junho de 2017, no montante de R\$ 54.157 mil e em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 56.871 mil. A primeira amortização do valor nominal ocorreu em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 9.283 mil.



Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Ainda na mesma AGD, foram aprovados os seguintes condicionantes, a vigorar para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 :

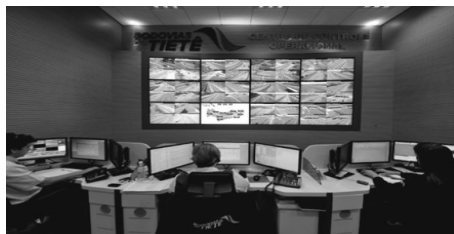
- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Em 12 de Junho de 2017 foi realizada nova assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2017 seja de até 93/7.

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14/06/2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 29 de Setembro de 2017, na qual foi cumprida pela Companhia.



Debêntures - (continuação)

Em 31 de julho, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira (“Proposta da Administração”), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

Em 13 de dezembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou por não aceitar a reestruturação, nos termos da Proposta da Administração.

Ainda na mesma AGD, os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 31 de dezembro de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- ii) Que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 31 de dezembro de 2017 seja de até 94/6.

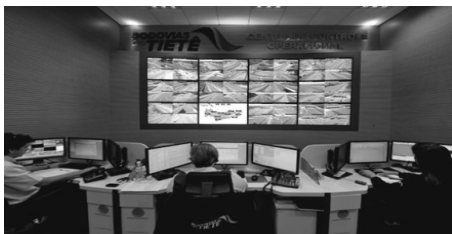
Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14 de dezembro 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de Abril de 2018.



Debêntures - (continuação)

A Companhia assume a obrigação de apresentar aos debenturistas, uma nova proposta de reestruturação das Debêntures, com a finalidade de readequar o endividamento da Companhia ao seu fluxo de caixa, a ser deliberada em assembleia geral de debenturistas a ser realizada em segunda convocação até o dia 30 de abril de 2018. Na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso é convicção da Administração que a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia em garantia dada em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,47	91,15/8,85



Obras e Investimentos



Melhorias de Dispositivos - SP-300

Melhoria de 20 dispositivos na SP-300. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 9,5 milhões e o custo já incorrido até dezembro de 2017 foi de R\$ 9,4 milhões.



Recuperação de Pavimento - SP-308

Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros, e a respectiva recomposição foi feita através de pavimento invertido com revestimento asfáltico, base granular e sub-base cimentada. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. O custo total estimado da obra é de R\$ 20,4 milhões e o custo incorrido foi de R\$ 8,9 milhões.



Recapeamento do Dispositivo do km 171+700 da SP-300

Melhoria de dispositivos na SP-300, foi executado o recapeamento de aproximadamente 1 km no dispositivo (etapa final da implantação do dispositivo, que foi realizada pela concessionária em 2015). O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 738 mil e o custo já incorrido até dezembro de 2017 foi de R\$ 694 mil.



Obras e Investimentos



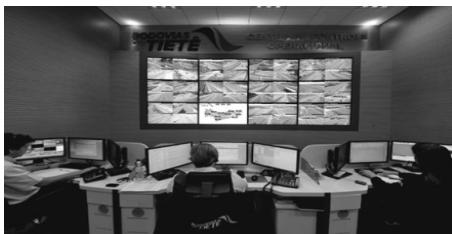
Recapeamento das Rodovias Vicinais

Melhoria de 5 vicinais, sendo elas IDT-085/101, MOR-137/101, MOR-293/101, BTC-353/300 e PRD-010/300. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 9,8 milhões e o custo já incorrido até dezembro de 2017 foi de R\$ 8,3 milhões.



Duplicação da SP-101 x SP-113

Duplicação de cerca de 1km de cada uma das rodovias (SP-101 e SP-113) para possibilitar a implantação de um novo entroncamento para as vias. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 5 milhões e o custo já incorrido até dezembro de 2017 foi de R\$ 237 mil.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela

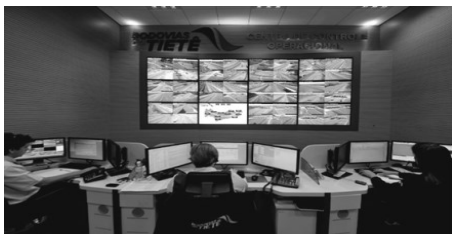


O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários são conscientizados pela Concessionária com o apoio da ARTESP, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares. O evento tem o apoio da ARTESP, e são escolhidos locais com grande fluxo de pessoas nos horários de pico. Esta atividade faz parte do Plano de Redução a Acidentes (PRA).

Projeto #Escola



O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abraço o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, onde os alunos podem entender que a Concessionária Rodovias do Tietê cuida de todos da família no momento da viagem, seja ela de carro, caminhão, ônibus ou motocicleta. A Concessionária apresenta seu trabalho e depois mostra a estrutura da empresa passando também pelo CCO – Centro de Controle de Operações onde os estudantes conheceram como é feito o monitoramento do tráfego e em uma das visitas puderam, por último, acompanhar um simulado do atendimento da ambulância da Concessionária em uma situação de acidente. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto e Capivari foram beneficiadas com o programa.



Responsabilidade Socioambiental

Ação dia das Crianças



A Concessionária e a empresa Assobio Soluções Socioambientais desenvolveram diversas atividades ambientais em prol do Dia das Crianças no Centro de Apoio e Valorização da Infância (CAVI), em Itu. Crianças de 7 a 11 anos de idade participaram do evento com plantio e atividades de aprendizado de conservação e educação ambiental para as crianças da instituição. As atividades foram desde uma aula lúdica em sala de aula até plantio de mudas nativas. Todas as crianças que participarem das atividades receberam um Gibi da Turma da Mônica com o tema sobre trânsito, especialmente desenvolvido pelo Maurício de Souza em parceria com a Artesp.

Palestras



A Concessionária mantém diversas ações a fim de orientar e incentivar a redução de acidentes em sua malha viária, a exemplo disso, são palestras ministradas para as empresas lindeiras no trecho sob concessão. Essa ação faz parte do Programa de Redução de Acidentes (PRA) da ARTESP implantado pelas concessionárias desde o início do Programa de Concessões, com o objetivo de garantir altos padrões de segurança, confiabilidade e conforto nas rodovias paulistas concedidas.



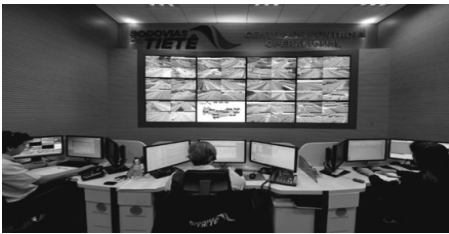
Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	32.301	1.680
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	600
Contas a receber (Nota 6)	20.066	16.715
Despesas Antecipadas	1.536	1.645
Impostos a recuperar (Nota 7)	10.570	9.433
Outros ativos	1.450	906
	65.923	30.979
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	188.716	234.281
Tributos a recuperar (Nota 7)	6.529	16.075
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	135.180	119.235
Despesas antecipadas	100	263
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	25.316	23.170
Outros ativos	4.740	4.200
Imobilizado (Nota 9)	9.722	11.059
Intangível (Nota 10)	1.188.950	1.153.969
	1.559.253	1.562.252
Total do ativo	1.625.176	1.593.231



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2017	2016
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	22.011	24.879
Debêntures (Nota 14)	51.137	13.888
Credor pela concessão	327	719
Obrigações tributárias	2.742	2.921
Obrigações trabalhistas	5.404	3.296
Provisões (Nota 13)	34.041	1.787
Outros passivos	241	427
	115.903	47.917
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	1.287.738	1.298.589
Provisões (Nota 13)	89.824	93.285
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	103.246	89.220
Outros passivos	1.785	2.013
	1.482.593	1.483.107
Total do passivo	1.598.496	1.531.024
Patrimônio líquido (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(276.898)	(241.371)
Total do patrimônio líquido	26.680	62.207
Total do passivo e patrimônio líquido	1.625.176	1.593.231



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2017	2016
Receita operacional líquida (Nota 16)	275.874	237.589
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(172.454)	(124.264)
Lucro bruto	103.420	113.325
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(16.342)	(10.955)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.260	20.613
	(14.082)	9.658
Lucro operacional	89.338	122.983
Despesas financeiras (Nota 18)	(167.366)	(214.163)
Receitas financeiras (Nota 18)	26.556	39.671
	(140.810)	(174.492)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.472)	(51.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	15.945	20.605
Prejuízo do período	(35.527)	(30.904)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00117)	(0,00102)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(35.527)	(30.904)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.945)	(20.605)
Depreciação e amortização	35.050	14.474
Rendimentos de aplicações financeiras	(23.476)	(29.686)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	186	304
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	146.709	196.058
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.026	14.872
Provisões para demandas judiciais	611	1.085
Provisões para manutenção em rodovias	23.799	3.740
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.900	9.167
Variação monetária sobre provisão para investimentos	155	287
	147.488	158.792
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(3.351)	1.627
Despesas antecipadas	272	61
Tributos a recuperar	8.409	(6.394)
Depósitos judiciais	(2.146)	(22.294)
Outros ativos	(1.084)	(3.744)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(2.868)	(7.672)
Credor pela concessão - ônus variável	(392)	432
Obrigações tributárias	(179)	274
Obrigações trabalhistas	2.108	(252)
Outros passivos	127	(52)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	148.384	120.778
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(64.834)	(19.117)
Resgate de aplicações financeiras	134.475	23.822
Investimentos no ativo imobilizado	(228)	(1.697)
Investimentos no ativo intangível	(60.072)	(55.650)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de investimento	9.341	(52.642)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre financiamentos debêntures	(9.283)	-
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	(117.821)	(105.968)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(127.104)	(105.968)
Aumento (diminuição) líquido do caixa e equivalente de caixa	30.621	(37.832)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.680	39.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.301	1.680



Relacionamento com o Auditor

No ano de 2017, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as demonstrações financeiras de 2017.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.127 milhões (R\$ 3.111 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.196 milhões (R\$ 3.180 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$ 35.527) (2016 – (R\$ 30.904)), um capital circulante líquido negativo de (R\$ 49.980) (2016 – (R\$ 16.938)) e patrimônio líquido em R\$ 26.680 (2016 - R\$ 62.207) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional - (continuação)

Em 31 de julho, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira (“Proposta da Administração”), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

A AGD de 28 de novembro de 2017 não foi realizada, sendo que foi realizada uma outra AGD no dia 13 de dezembro de 2017 a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou por não aceitar a reestruturação, nos termos da Proposta da Administração. Na mesma AGD a Companhia assumiu a obrigação de apresentar aos debenturistas até o dia 30 de abril de 2018, uma nova proposta de reestruturação das Debêntures, com a finalidade de readequar o endividamento da Companhia ao seu fluxo de caixa.

É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o primeiro semestre de 2018, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2018.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Base de preparação – (continuação)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia avaliou que os pronunciamentos e interpretações de CPC e/ou IFRS que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras apresentadas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

1.3 Reapresentação das cifras comparativas

(a) Reclassificações de cifras do exercício anterior

Em 2017, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificações de cifras do exercício anterior decorrentes de segregação entre circulante e não circulante dos saldos de debêntures, no montante de R\$ 188, em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, foram identificados ajustes relacionados a reclassificações decorrentes de saldos de “Outras receitas”, anteriormente registrados na demonstração do valor adicionado como “Materiais, energia, serviços de terceiros e outros”, no montante de R\$ 75.934, representado por R\$ 20.614, substancialmente relacionados a indenizações de seguros e R\$ 55.320, relacionados a gastos com construção de ativos. Outros ajustes, no valores líquidos de R\$ 399 e R\$ 189, foram efetuados para melhor comparabilidade das demonstrações do valor adicionado e do fluxo de caixa, respectivamente. Cabe destacar que os ajustes efetuados e descritos acima não impactaram o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 nem o resultado do exercício findo nessa data. Foram também realizadas reclassificações na nota explicativa de “Intangível” referente a saldos de custo e amortização acumulada no montante de R\$ 24.654 (Nota 10) e ajustes na nota explicativa de remuneração da administração no montante de R\$ 312 (Nota 12), anteriormente apresentada líquida dos encargos incidentes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Reapresentação das cifras comparativas – (continuação)

(b) Efeitos da reapresentação

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	<u>Original</u>	<u>Aj</u>
Balanco patrimonial		
Ativo		
Circulante	30.979	
Não circulante	1.562.252	
Total do ativo	<u>1.593.231</u>	
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Debêntures	14.076	
Outros passivos circulantes (i)	34.029	
Não circulante		
Debêntures	1.298.401	
Outros passivos não circulantes (i)	184.518	
Patrimônio líquido	<u>62.207</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.593.231</u>	

(b) Efeitos da reapresentação – (continuação)

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2017 - CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.

N	31 de dezembro de 2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração dos fluxos de caixa			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	120.967	(189)	120.778
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(52.831)	189	(52.642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(105.968)		(105.968)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(37.832)		(37.832)
Demonstração do valor adicionado			
Receitas			
Outras receitas		76.283	76.283
Demais receitas	258.449		258.449
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.267)	(75.895)	(108.162)
Demais insumos adquiridos de terceiros	(47.637)	11	(47.626)
Depreciação e amortização	(14.474)		(14.474)
Receitas financeiras	39.671		39.671
Valor adicionado total a distribuir	203.742		204.141
Distribuição do valor adicionado	(203.742)	399	(204.141)
Nota explicativa 12. Partes relacionadas			
Remuneração da administração			
Remuneração fixa	(1.199)	(312)	(1.511)
Nota explicativa 10. Intangível			
Custo	1.263.821	24.654	1.288.475
Amortização acumulada	(109.852)	(24.654)	(134.506)

2.1 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, credor pela concessão, mútuos a pagar, e debêntures. Esses passivos classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.3 Instrumentos financeiros

- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	123.335	99.536
Provisão para manutenção a valor presente (i)	<u>(110.796)</u>	<u>(85.097)</u>
Ajuste a valor presente	<u>12.539</u>	<u>14.439</u>

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.5 Segmento de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. Todo o serviço de exploração da Concessão é regulado por um mesmo regulador.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.6 Novas normas contábeis ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros	<p>A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i>. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data.</p> <p>Exceto para contabilidade de <i>hedge</i>, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>hedge</i>.</p>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.6 Novas normas contábeis ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017 – (continuação)

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes	<p>A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.</p> <p>A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.</p>	<p>A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.</p>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.6 Novas normas contábeis ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017 – (continuação)

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	<p>A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso).</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.</p>	<p>A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de arrendamento mercantil.</p>

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão.

As premissas-chave, a taxa de crescimento e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como segue:

- Taxa de crescimento do volume de tráfego médio ao ano de 2,54% para veículos leves e 4,08% de veículos pesados.
- Preço da tarifa de pedágio e os custos e despesas foram reajustados conforme índices futuros do IPCA, que é o indicador de reajuste de preço conforme o edital de Concessão. O índice futuro do IPCA médio ao ano é de 4,11%.
- A taxa de desconto utilizada no cálculo foi de 11,25%.
- Os custos de manutenção e conservação e de investimentos foram calculados com base nos custos previstos no cronograma de obras e reajustados conforme índices futuros do IPCA.

Análise de sensibilidade

Se a taxa de desconto estimada aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 12,25% ao invés de 11,25%), a Companhia não teria necessidade de reconhecer perda (*impairment*).

Se a taxa de crescimento de volume de tráfego estimada fosse 1% menor que as estimativas da administração (por exemplo, 1,54% para veículos leves ao invés de 2,54% e 3,08% para veículos pesados ao invés de 4,08%), a Companhia não teria necessidade de reconhecer perda (*impairment*), mesmo quando considerando a redução também na taxa de desconto conforme acima.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – (continuação)

b) Impostos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – (continuação)

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Disponibilidades	2.043	260
Aplicação compromissada de debêntures (i)	30.258	
Certificados de Depósito Bancários – CDB (ii)		1.420
	<u>32.301</u>	<u>1.680</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e, as que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento, são classificadas nessa categoria.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		600
Não circulante	188.716	234.281
	<u>188.716</u>	<u>234.881</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico a receber	12.422	9.947
Cartões de pedágio a receber	497	686
Receitas acessórias	6.013	5.429
Valores em trânsito	1.134	653
	<u>20.066</u>	<u>16.715</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de dezembro de 2017. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	17.099	25.286
ISSQN a recuperar		8
Outros impostos a recuperar		214
	<u>17.099</u>	<u>25.508</u>
Circulante	10.570	9.433
Não circulante	<u>6.529</u>	<u>16.075</u>
	<u>17.099</u>	<u>25.508</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	123.548	118.224
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	540	333
Provisão para participação nos lucros	661	
Outras provisões	793	
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	37.671	28.933
Provisão para investimentos em rodovias	3.225	4.507
AVP Outorga	<u>1.694</u>	<u>1.735</u>
	<u>168.132</u>	<u>153.732</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização – curva de tráfego	<u>(32.952)</u>	<u>(34.497)</u>
Líquido	<u>135.180</u>	<u>119.235</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos – (continuação)

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 363.376 (R\$ 347.717 em 31 de dezembro de 2016). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2017 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>31/12/2017</u>
2028	6.109
2029	14.983
2030	16.323
2031	22.462
2032	27.259
2033	20.325
2034	25.392
2035	<u>2.327</u>
	<u>135.180</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(51.472)	(51.509)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>17.500</u>	<u>17.513</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(1.555)	3.092
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>15.945</u>	<u>20.605</u>
Alíquota efetiva	<u>31%</u>	<u>40%</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2016							
Saldo inicial	567	1.831	1.401	1.605	84	5.777	11.265
Aquisições	334	284	206	170	293	410	1.697
Alienações				(144)			(144)
Depreciação	(102)	(263)	(569)	(460)		(365)	(1.759)
Saldo contábil, líquido	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	1.205	2.459	4.627	2.350	377	7.378	18.396
Depreciação acumulada	(406)	(607)	(3.589)	(1.179)		(1.556)	(7.337)
Saldo contábil, líquido	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Aquisições	102	22	81			23	228
Depreciação	(126)	(258)	(443)	(433)		(305)	(1.565)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	1.307	2.474	4.708	2.350	377	7.401	18.617
Depreciação acumulada	(532)	(858)	(4.032)	(1.612)		(1.861)	(8.895)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 3.336.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

	Direito de Outorga da Concessão (i)	Obras e Serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em Andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2016						
Saldo inicial	495.178	465.747	36.659	109.385	3.876	1.110.845
Aquisições (vii)		46.172	2.139	6.948	740	55.999
Alienações		(62)		(98)		(160)
Amortização (vi)	(4.554)	(5.571)	(1.470)		(1.120)	(12.715)
Transferências		95.863	12	(96.011)	136	
Saldo contábil, líquido	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	542.244	665.412	54.010	20.224	6.585	1.288.475
Amortização acumulada	(51.620)	(63.263)	(16.670)		(2.953)	(134.506)
Saldo contábil, líquido	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Aquisições (vii)		49.809	656	17.530	657	68.652
Alienações		(186)				(186)
Transferências		4.850	2.302	(7.152)		
Amortização (vi)	(13.659)	(17.477)	(1.103)		(1.246)	(33.485)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	542.244	719.885	56.968	30.602	7.242	1.356.941
Amortização acumulada	(65.279)	(80.740)	(17.773)		(4.199)	(167.991)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível – (continuação)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 2,82% em 2017 (1,92% em 2016), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 6.793 (R\$ 349 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	11.783	13.739
Cauções e retenções contratuais (i)	10.228	11.140
	<u>22.011</u>	<u>24.879</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (Reapresentado (Nota 1.3))
Remuneração fixa (1)	1.752	1.511
Remuneração variável (2)	745	
	<u>2.497</u>	<u>1.511</u>

(1) Incluem salários da Administração, FGTS, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participações nos resultados dos exercícios de 2015 e 2016 pagas no ano de 2017 e o provisionamento do exercício de 2017 (Nota 19).

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.650.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	93.588	80.876
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	9.658	8.344
			<u>103.246</u>	<u>89.220</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no exercício de 2017 foram de R\$ 14.026 (2016 – R\$ 14.872) (Nota 18).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para demandas judiciais	6.330	5.178
Provisão para investimentos em rodovias	6.739	4.797
Provisão para manutenção em rodovias	110.796	85.097
	<u>123.865</u>	<u>95.072</u>
Circulante	34.041	1.787
Não circulante	<u>89.824</u>	<u>93.285</u>

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 225 (R\$ 267 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 6.105 (R\$ 4.911 em 31 de dezembro de 2016) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui o equivalente a R\$ 45.637 (R\$ 11.134 em 31 de dezembro de 2016) de causas trabalhistas, R\$ 98.020 (R\$ 31.414 em 31 de dezembro de 2016) de causas cíveis, e R\$ 86.907 (R\$ 67.555 em 31 de dezembro de 2016) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 25.316 (R\$ 23.170 em 31 de dezembro de 2016) incluem R\$16.706 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (R\$ 16.239 em 31 de dezembro de 2016). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 417 estão relacionados a discussões cíveis (R\$ 427 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 527 relacionados a outros processos trabalhistas (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 3.252 relacionados a discussões tributárias (R\$ 1.922 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 4.414 relacionados a processos com a ARTESP (R\$ 4.280 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões - (continuação)

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2016	Provisão	Atualização monetária (passiva)	Atualização monetária (ativa)	31/12/2017
Provisão para investimentos	4.797	1.797	156	(11)	6.739
	4.797	1.797	156	(11)	6.739
	31/12/2015	Provisão	Atualização monetária (passiva)	Atualização monetária (ativa)	31/12/2016
Provisão para investimentos	4.510		287		4.797
	4.510		287		4.797

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	1.899
2019	1.899
2021	1.471
2022	1.470
	<u>6.739</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões – (continuação)c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2016	Adição	Transferência (i)	31/12/2017
Provisão para manutenção	99.536	23.799		123.335
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	1.900		(12.539)
	85.097	25.699		110.796
Circulante			32.142	32.142
Não circulante	85.097	25.699	(32.142)	78.654

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para início no primeiro semestre de 2018 foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	32.142
2019	37.413
2020	23.326
2021	15.378
2022	2.537
	<u>110.796</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debênturesa) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Principal R\$	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	31/12/2017	31/12/2016
		(Reapresentado (Nota 1.3))
Principal corrigido pelo IPCA	1.400.505	1.370.422
Remuneração (juros)	4.284	5.032
Custos com emissão	(65.914)	(62.977)
	<u>1.338.875</u>	<u>1.312.477</u>
Circulante	<u>(51.137)</u>	<u>(13.888)</u>
Não circulante	<u>1.287.738</u>	<u>1.298.589</u>

c) Movimentação das debêntures:

31/12/2016	Juros no exercício	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2017
1.312.477	153.502	(117.821)	(9.283)	1.338.875

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures – (continuação)

a) Descrição da operação –(continuação)

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2018	3,51%	49.484
2019	5,40%	76.130
2020	6,41%	90.369
2021	7,05%	99.392
2022	8,46%	119.270
2023	10,54%	148.594
2024	11,44%	161.282
2025	12,78%	180.174
2026	13,55%	191.029
2027	13,71%	193.285
2028	6,49%	91.496
	99,34%	1.400.505

b) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 os indicadores propostos na assembleia geral de debenturistas (AGD) em 13 de dezembro foram cumpridos pela Companhia.

Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Em 13 de dezembro de 2017 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 seja de até 94/6.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures - (continuação)

b) Cláusulas restritivas e garantias – (continuação)

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14 de dezembro 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de Abril de 2018.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding. B.V.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada é de 3,65%, em média, das aquisições de materiais faturados diretamente para a Companhia e empregados nos ativos que geram receitas.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio	235.347	207.770
Receita de serviços de construção	44.133	43.281
Receitas acessórias	19.838	7.398
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(23.444)</u>	<u>(20.860)</u>
	<u>275.874</u>	<u>237.589</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Com pessoal	(23.583)	(18.672)
Honorários da administração	(2.497)	(1.199)
Manutenção e conservação	(40.316)	(28.377)
Serviços de terceiros	(7.545)	(5.519)
Ônus variável da concessão	(3.917)	(3.539)
Seguros e garantias	(2.467)	(2.563)
Custo dos serviços de construção	(44.024)	(43.281)
Provisão para demandas judiciais	(611)	(1.085)
Provisão para manutenção em rodovias	(23.799)	(12.907)
Depreciação e amortização	(35.050)	(14.474)
Outros	(4.987)	(3.603)
	<u>(188.796)</u>	<u>(135.219)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(172.454)	(124.264)
Despesas gerais e administrativas	(16.342)	(10.955)
	<u>(188.796)</u>	<u>(135.219)</u>

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras - (continuação)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(146.709)	(196.058)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(14.026)	(14.872)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(2.055)	(806)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(89)	(60)
Juros sobre demais operações financeiras	(832)	(1.534)
Outras despesas financeiras	(3.655)	(833)
	<u>(167.366)</u>	<u>(214.163)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	23.981	33.263
Atualização de impostos a recuperar	1.820	5.291
Outras receitas financeiras	755	1.117
	<u>26.556</u>	<u>39.671</u>
Resultado financeiro	<u>(140.810)</u>	<u>(174.492)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários e encargos sociais	(18.016)	(15.744)
Benefícios previstos em lei	(2.516)	(2.317)
Benefícios adicionais (i)	(2.376)	(1.810)
Plano de Participação nos Resultados (ii)	(3.172)	
	<u>(26.080)</u>	<u>(19.871)</u>

(i) Referem-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

(ii) Referem-se à participações nos resultados de 2015 e 2016, pagas em 2017 e o provisionamento do exercício de 2017.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	<u>(35.527)</u>	<u>(30.904)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00117)</u>	<u>(0,00102)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

a) Risco de mercado - (continuação)

Risco de taxa de juros – (continuação)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2017, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 6,89% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2017, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 2,95% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2017, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	7.114	8.892	10.670
Debêntures	Aumento do IPCA	146.607	156.481	166.355

Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.695	5.869	7.043
Debêntures	Aumento do IPCA	96.760	103.277	109.794

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	13.003	9.752	6.501

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	8.582	6.436	4.291

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	22.011			22.011
Debêntures		51.137	1.287.738	1.338.875
Credor pela concessão	327			327
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)			103.246	103.246
Total	22.338	51.137	1.390.984	1.464.459

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	188.716	234.881
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	32.301	1.680
Contas a receber de clientes	20.066	16.715
Depósitos judiciais	25.316	23.170
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.338.875	1.312.477
Contas a pagar a fornecedores	22.011	24.879
Outras contas a pagar	2.026	2.440
Partes relacionadas - mútuo a pagar	103.246	89.220
Obrigações com o poder concedente	327	719

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa 23% do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	103.246	89.220
Debêntures	1.338.875	1.312.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32.301)	(1.680)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(188.716)	(234.881)
Dívida líquida	<u>1.221.104</u>	<u>1.165.136</u>
Total do patrimônio líquido	<u>26.680</u>	<u>62.207</u>
Total da capital	<u>1.247.784</u>	<u>1.227.343</u>
Índice de alavancagem financeira - %	97,86%	94,93%

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2017</u>		<u>31 de dezembro de 2016</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	<u>1.404.789</u>	<u>880.300</u>	<u>1.375.452</u>	<u>1.300.018</u>

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros – (continuação)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	105.307
	Responsabilidade civil geral	34.935
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	6.793	349

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis e na realização de tributos diferidos

Notas "3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas", "8. Imposto de renda e contribuição social", "9. Imobilizado" e "10. Intangível" às demonstrações financeiras.

As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, a fim de determinar uma adequada mensuração do valor recuperável dos ativos intangíveis e dos ativos imobilizados, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos.

Focamos nossos trabalhos nessas projeções da administração em virtude do significativo grau de julgamento e determinação de premissas relevantes e nem sempre objetivas, tais como curva de crescimento de tráfego, percentuais futuros de reajuste de tarifa de pedágio pela ampliação de rodovias, entre outras. Variações na realização dessas premissas podem impactar significativamente a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas em avaliação para entendimento do modelo de avaliação aplicado pela administração e testamos a consistência entre as principais premissas utilizadas, comparando-as com os orçamentos atuais aprovados e com dados e expectativas do setor em que a Companhia atua. Também comparamos as projeções realizadas pela administração nos anos anteriores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em contraposição ao resultado efetivamente realizado de modo a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando determinados intervalos e cenários de taxas de crescimento e de descontos, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, adicionalmente, e com o apoio de nossos especialistas, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados pela administração na projeção do resultado são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Capitalização de gastos no ativo intangível

Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas” e “10. Intangível” às demonstrações financeiras.

Os gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura usada para prestar um serviço público, para operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo e para obter o direito de exploração da concessão são representados contabilmente pelo ativo intangível da concessão e apresentam valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações financeiras da Companhia.

Focamos nossos trabalhos na adequação das adições dos gastos elegíveis de serem capitalizados, uma vez que essas adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos capitalizados no ativo intangível, bem como avaliamos o desenho e eficácia dos controles internos relevantes que suportam as adições registradas nas demonstrações financeiras.

Ademais, com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, bem como observamos selecionadas obras realizadas por meio de inspeções físicas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Endividamento e processo de reestruturação financeira

Notas “1.1. Contexto operacional”, “13. Debêntures” e “20. (c) Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – risco de liquidez” às demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 49.980 mil e prejuízo do exercício findo nessa data de R\$ 35.527 mil. Nesse contexto, a Companhia propôs aos seus debenturistas um plano de reestruturação financeira, com o objetivo de readequar o perfil de seu endividamento ao seu fluxo de caixa em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) ocorrida em 13 de dezembro de 2017, a maioria dos debenturistas votou por não aceitar o plano nos termos propostos pela administração. Aguarda-se a realização de nova “AGD” até o dia 30 de abril de 2018, quando nova proposta de reestruturação será apresentada pela administração aos debenturistas.

A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de continuar gerando recursos de suas atividades operacionais e, portanto, liquidez, visando suprir as atuais necessidades de caixa e cumprir com compromissos junto a terceiros no curto prazo, mesmo em caso de não aprovação do plano de reestruturação financeira pelos debenturistas.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos esse um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Obtivemos informações da administração sobre as estratégias tomadas e planejadas para suprir a necessidade de caixa e fazer face aos compromissos firmados. Também obtivemos o plano de negócio elaborado pela administração para o período de doze meses após a data base das demonstrações financeiras e as explicações da administração em relação às premissas relevantes.

Efetuamos leitura das atas de reunião de debenturistas, de acionistas e do Conselho de Administração ocorridas até a data de nosso relatório.

Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao cumprimento das cláusulas restritivas dos contratos de debêntures.

Também analisamos os eventos subsequentes ocorridos até a emissão deste relatório.

Como resultado de nossos procedimentos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na Nota 1.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de março de 2017, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2017, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 1.3 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 2016, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2016 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba, 15 de março de 2018.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Roberto Sponchiado

Contador CRC 1SP175536/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Salto, 15 de Março de 2018.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Salto, 15 de Março de 2018.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro